



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680887 - SC (2021/0223349-1)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUCIMAR GRACIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIMAR GRACIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 026042-26.2021.8.24.0000/SC).

Consta nos autos que o paciente foi preso em flagrante, pelo suposto cometimento dos crimes de furto e resistência, e teve sua prisão convertida em preventiva pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Lages (SC). Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJSC, cuja ordem foi denegada pela 4ª Câmara Criminal.

A impetrante, no presente *habeas corpus*, sustenta que “o decreto que determinou a prisão preventiva foi insuficiente e genérico no que diz respeito ao *periculum libertatis*, pois não fez menção a nenhum elemento concreto que justificasse a necessidade da excepcional prisão cautelar” (fl. 5).

Afirma, também, que “o Paciente está segregado cautelarmente há mais de 7 meses pela suposta prática dos crimes de furto simples e resistência, embora a segregação do Paciente seja absolutamente desproporcional, além de caracterizar flagrante excesso de prazo” (fls. 9-10).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja declarada a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva e da decisão do TJSC que a ratificou, bem como para que seja relaxada a prisão do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração – nulidade de decisão e revogação da prisão preventiva –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, quanto à razoável duração do processo, a sua aferição não se realiza de plano. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com esse exame de cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente